



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

PROCURADORIA JURÍDICA

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000
JUCURUTU-RN – FONES: (84) 3429-2299 – 3429-3805 – FAX: 3429-3804
E-mail: prefeituradejucurutu@yahoo.com.br – jucurutu70anos@hotmail.com
CNPJ – 08.095.283/0001-04

PROCURADORIA JURÍDICA

PROC. ADMINIST. MJ/ RN nº 05060003/2024

PARECER

I – DO RELATÓRIO

A Procuradoria Jurídica do Município de Jucurutu/ RN, recebeu da Comissão Permanente de Licitação processo administrativo destinado à **ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024 REALIZADO ENTRE O INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU E A EMPRESA EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA.** É o breve, porém necessário relato.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de OFÍCIO, enviado pelo INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU e também pelo prestador, solicitando o **primeiro termo aditivo, para prorrogação do período vigencial de 14 de agosto de 2025 a 13 de agosto de 2026**, mantendo-se os valores e demais condições inicialmente contratados, do contrato nº 07/2024 celebrado entre o INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU e a empresa **EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA** cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS.**

Em análise, verifica-se que existe um contrato de nº 07/2024 celebrado entre o INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU e a empresa acima descrita para execução de serviços acima descritos o qual encerrará sua vigência, completando-se sua execução contratual.

Neste momento, por motivo de interesse público, há nova solicitação da administração autárquica solicitando 1º aditivo contratual de prazo, para prorrogação de 14 de agosto de 2025 a 13 de agosto de 2026.

Sendo assim, a ocorrência da extinção simples, pura e imediata do prazo final de vigência contratual na data prevista, certamente acarretará enormes prejuízos aos servidores e ao município, uma vez que a contratada presta serviços relevantes na sede Municipal. Vide ainda as justificativas da IPREV os quais demonstram o interesse público em prorrogar o dito contrato.

No tocante aos requisitos legais a fim de possibilitar o o presente aditivo, estes estão presentes. Vide:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

.Sendo assim, a lei 14133/21 possibilita, a prorrogação do presente contrato, conforme o interesse e necessidade da administração pública, nos termos legais acima.

Vide outrossim, que a atual gestão observa necessário e economicamente rentável realizar a pretendida prorrogação, justificando no interesse público, conforme requerido por lei.

Visualizada a minuta de aditivo contratual, observa-se que esta encontra-se em conformidade com a legislação atinente, pelo que esta Procuradoria Jurídica não visualiza impedimento técnico-jurídico à formalização do referido aditivo, nos moldes pleiteados.

Assim, OPINAMOS pelo possibilidade jurídica de formalizar-se a pretendida prorrogação.


III – OPINIÃO

Face ao todo o exposto, **OPINAMOS** que seja dado continuidade ao presente processo administrativo para realização do aditamento contratual, visto que entendemos estar presentes os requisitos legais.

Este é nosso Parecer, salvo melhor juízo.

S.M.J., é o parecer.

Jucurutu/RN, 14 de julho de 2025.



ALEXANDRE MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA
Procurador do Município - OAB/RN 9558